

Um ano de Estado de Emergência, 188 dias com direitos limitados: não havia alternativa ou estamos perante “a lógica de manada”?

[E expresso.pt/coronavirus/2021-03-18-Um-ano-de-Estado-de-Emergencia-188-dias-com-direitos-limitados-nao-havia-alternativa-ou-estamos-perante-a-logica-de-manada--ba066de0](https://expresso.pt/coronavirus/2021-03-18-Um-ano-de-Estado-de-Emergencia-188-dias-com-direitos-limitados-nao-havia-alternativa-ou-estamos-perante-a-logica-de-manada--ba066de0)



NurPhoto

Faz esta quinta-feira um ano que foi decretado o primeiro estado de emergência, que entrou em vigor no dia seguinte. Especialistas ouvidos pelo Expresso concordam que houve “uma banalização” desta figura constitucional. Discordam nas causas e nos efeitos, apesar de Marques Mendes não ter visto em Portugal “exageros” ou “abusos”

18 março 2021 8:55

João Diogo Correia

Jornalista



Parecem já distantes os dias em que a declaração do Estado de Emergência (EE) dividia constitucionalistas e punha o país a discutir os limites do poder do Estado. Como quase tudo o que é repetido à exaustão, há qualquer coisa que se perde pelo caminho. “**Há uma banalização**”, nas palavras de Luís Marques Mendes, que é

“má por princípio”. “Muitas vezes os cidadãos não são sensíveis a essas ideias, e são as elites que devem puxar por elas”, considera o comentador e analista político da SIC. “Se eu tenho um instrumento para usar a título excepcional, não o uso de forma regular. **É mau por natureza.**”

Há quem vá mais longe, nesta análise, um ano depois do anúncio do primeiro Estado de Emergência, anunciado a 18 de março de 2020 pelo Presidente da República. Maria José Morgado, magistrada que deixou o Ministério Público no final do ano passado ao fim de décadas de carreira, alertou então no programa Governo Sombra que este modelo de excecionalidade “**dilui as fronteiras entre o Estado de Direito e o Estado Totalitário**”. Por ter uma prorrogação indefinida e por se basear “na encenação mediatizada do medo”, cria fronteiras “**entre os indivíduos higienizados e os impuros**”: “se se prolonga eternamente”, avisou ainda, “é perigosíssimo”.

É consensual entre os especialistas ouvidos pelo Expresso, da política à sociologia e ao direito, que o EE em Portugal tem sido prolongado demasiadas vezes — **12 renovações, uma delas de 8 dias, 13 períodos excecionais ao todo, esperando-se que este seja o último.**

Os primeiros decretos, que somaram 45 dias de emergência, foram publicados no dealbar da pandemia, entre 18 de março, com efeitos no dia seguinte, e 2 de maio. Os outros dez EE aconteceram de um fôlego, desde 9 de novembro até ao fim do 13.º período, previsto para 31 de março.

| “Houve uma banalização do Estado de Emergência, o que é mau por natureza”

Marques Mendes não subscreve a tese totalitarista, embora admita que teria feito diferente. Considera que a solução não pode ser vista a “preto e branco”, mas como uma saída democrática com defeitos. “Coisa diferente é saber se é uma solução que gera exageros, abusos, algumas situações inaceitáveis”, acrescenta. Crê, porém, que no caso português isso não aconteceu.

O problema, para o analista, é que uma lei pouco flexível, que exige renovações a cada 15 dias, e “que não foi feita para casos destes”, não serve. Ou serve, mas apenas porque “**não havia alternativa**”. Para Marques Mendes, no início da pandemia era preciso “agir rápido”, “dar segurança jurídica às decisões”, “evitar o caos”, o que não se fazia sem um decreto nos moldes em que foi publicado. Só depois, já no verão, os partidos deviam ter pensado numa lei de emergência sanitária. “Não quiseram, disseram que não se deve mexer na legislação enquanto decorrem os problemas, na minha opinião mal.”



Marcelo assumiu-se sempre como líder número um do combate à pandemia, o que para alguns significou uma “inversão da matriz semipresidencialista” portuguesa. Os cidadãos ficaram como observadores de si mesmos

NurPhoto

A ideia de uma lei de emergência sanitária foi sendo várias vezes sugerida ao longo do ano, com mais força depois do verão, altura de estabilidade da pandemia, e sobretudo a partir do momento em que o Governo voltou a proibir a circulação entre concelhos quando o país estava em situação de calamidade. Vários constitucionalistas alertaram para “a confusão” criada quando o executivo aplica as mesmas medidas, como a limitação de circulação, em dois enquadramentos diferentes. As mesmas dúvidas tinham sido levantadas em maio.

Liderança de Marcelo “inverteu matriz semipresidencialista” do regime

Talvez fosse preciso mais do que uma lei de emergência sanitária. Ao Expresso, o constitucionalista Jorge Reis Novais diz que esse era o primeiro passo, e que só não foi dado “**porque cria mais embaraços ao Governo e retira o palco ao Presidente da República**”.

Marcelo Rebelo de Sousa assume-se desde a primeira hora como figura número um do combate à pandemia. Di-lo claramente em abril, quando contraria a vontade de António Costa e faz passar o primeiro EE, volta a dizer em novembro, assumindo a responsabilidade pelos erros, e repete há menos de um mês, decidindo pelo Governo.

“Estado de Emergência está a ter uma duração completamente anómala e injustificada”

O problema, afirma Reis Novais, é que se trata de **“uma inversão da matriz de semipresidencialismo: se o Presidente também governa, então não pode ser árbitro, que é o que devia ser”**. Para o constitucionalista, a afirmação recente de Marcelo não é simbólica, e confirma que “em estado de exceção constitucional, quem afivela a máscara do poder é quem decreta o estado de emergência”.

Além de estar a ter “uma duração completamente anómala e injustificada”, o EE não é necessário para a maioria das medidas, segundo o especialista em Direito. A juntar-se à lei de emergência sanitária devia estar uma “alteração cirúrgica do artigo 27º da Constituição”, que versa sobre a liberdade e a segurança. Para quê? **“Para legitimar o internamento compulsivo de portadores de doença contagiosa e permitir o confinamento de pessoas saudáveis em situação pandémica”**, dois pontos que permitiriam, por exemplo, interromper a circulação entre concelhos.



Uma moeda tem sempre duas faces. E enquanto uns, como Marques Mendes, veem uma nota positiva **“na convergência política”**, sobretudo na relação entre Marcelo e Costa, outros, como Jorge Reis Novais, veem um exercício de poder discricionário, acompanhado de “um simulacro de fiscalização nas reuniões do Infarmed, que fez aqui o papel de fórum de legitimação, uma espécie de AR sem partidos de oposição e com projeção de *slides*”.

Onde os primeiros veem que “em matérias desta natureza é tão ou mais importante a sintonia entre os órgãos de soberania (PR, PM e Assembleia da República), um sinal de colaboração institucional e de confiança para as pessoas”, outros agradecem ao poder judicial, **“que foi o único ramo de poder que se manteve a funcionar de acordo com a Constituição”**.

Jorge Reis Novais justifica a afirmação com as alterações que foram sendo feitas aos decretos do EE, como o do fim da limitação da liberdade de culto (quando a limitação de ajuntamentos é suficiente), e que só aconteceram “depois de os tribunais e o Tribunal Constitucional reconhecerem publicamente essas inconstitucionalidades”.

Diário

“Não reconheço legitimidade a um matemático para me dar lições de moral”

Haverá sempre lições positivas a tirar destes períodos, notam os especialistas ouvidos pelo Expresso. Paula do Espírito Santo, professora agregada em sociologia política na Universidade de Lisboa, põe a hipótese de grupos sociais afastados da política e da participação eleitoral ganharem agora um novo interesse pela tomada de decisão. **E enfatiza o caso dos jovens.**

“Temos observado que, em regra, eles são pouco mobilizados para a política nas democracias ocidentais. Será interessante estudar em que medida estes constrangimentos vão ter efeitos na relação com o voto e na mobilização”, adianta, lembrando que ainda é cedo para perceber se esse feito aconteceu já no início deste ano, com as eleições presidenciais.

Mais uma vez, os dois lados da moeda. José Manuel Mendes, sociólogo e especialista no acompanhamento de catástrofes, vê precisamente nessa adaptabilidade um problema de difícil resolução. **“Estamos a tornar a emergência num estado vivível, em que é possível viver, o que é muito perigoso”**, afirma.

| “O ser humano é mais do que um ser meramente biológico”

Há um ano, o Expresso tinha conversado com este investigador da Universidade de Coimbra, que considerava o EE “uma perigosa experiência social”. Doze renovações depois, a opinião não mudou. Para Mendes, esta foi uma prova de “força da soberania sanitária”, que tudo gere e tudo controla, em nome “da segurança total”. O problema é que ela não existe.

“Salvaguardar as pessoas está certo, mas esta lógica tem consequências porque põe as pessoas como meros seres biológicos, cujo único objetivo é manter a vida. **O ser humano é mais do que isso, é um ser socio-político, que se baseia na liberdade, que precisa das solidariedades.**”

A soberania sanitária a que Mendes se refere não está apenas nas medidas: **está na linguagem**. A referência a “cercas”, “cordões sanitários”, “distanciamento social”, quando o que se quer é físico, desumaniza. “É a lógica de manada” aplicada a humanos. **“Quando há uma crise, resolve-se com modelos. Isso pode funcionar com coelhos, mas não com seres humanos.”**

“Onde estão os precários, onde estão os da geração à rasca, onde estão os estudantes do Superior?”

O sociólogo estudou as relações sociais em tragédias como a da queda da ponte de Entre-os-Rios ou a dos incêndios de Pedrógão Grande. Vai pontuando a conversa com o Expresso com referências a esses e a outros momento histórico, em que “se humanizaram” os doentes: o do HIV, vírus da Sida.

Desta vez, a estigmatização de doentes ajuda a explicar a baixa participação da sociedade civil na gestão e combate à covid-19. Enquanto o outro Mendes ouvido pelo Expresso, Marques Mendes, comentador da SIC, atribui essa fraca participação ao facto de tudo ter sido “**novo e inesperado**”, José Manuel Mendes vê um “**Estado muito reforçado**” por ter baseado a resposta na lógica do medo.

O especialista queria ver a Igreja, que em Portugal “tem muito peso”, a intervir, queria ver figuras populares entre os jovens a produzir discursos preventivos — como se fez no Ohio, nos EUA, com uma estrela do Tik-Tok —, queria ver apresentadores de televisão com força junto dos mais velhos, queria ver a sociedade a ser chamada a participar. Assim, não viu nem os grupos tradicionalmente contestatórios, como o do Ensino Superior. “Foram dos mais afetados pela pandemia, na qualidade do ensino”, no passo que antecede a entrada no mercado de trabalho. Tal como os precários. “**Onde estão os precários, onde estão os da geração à rasca, onde estão os estudantes do Superior?**”, pergunta.



Para José Manuel Mendes, a linguagem da pandemia acentuou dinâmicas que “desumanizam” os cidadãos, em particular os doentes. “Não pode haver distanciamento social [só físico]. O ser humano precisa das solidariedades.”

NurPhoto

Como têm lembrado diversos analistas, a pandemia não inventou nada, só reforçou dinâmicas que o país já tinha. No início do ano, um estudo da Universidade de Harvard, liderado pela investigadora Sheila Jasanoff, dividiu os países em três categorias de acordo com a resposta que deram à pandemia: a do **controlo**, cujo exemplo maior é Taiwan, a do **consenso**, como foi prática na Alemanha, e a do **caos**, que se viu nos EUA e no Brasil. **Portugal não encaixa em nenhuma.**

“É um funcionamento *ad hoc*”, esclarece José Manuel Mendes, que vem de trás. “**O Estado implementa medidas conforme a crise acontece e conforme é desafiado.**” E se há vantagens numa resposta assente nos peritos, numa certa ideia de confiança a que Marques Mendes aludiu, há também o risco de o Estado concentrar todo o poder, enquanto os cidadãos, cá de baixo, se tornam meros observadores.

O sociólogo não só acredita que foi isso que aconteceu, uma governação de cima para baixo, como viu a pandemia marcada pelo “**moralismo**” e pelo “**discurso pastoral**” da classe médica e especialista em saúde pública. “**Ninguém gosta de ficar infetado, ninguém quer morrer. Não é legítimo atribuir a culpa aos cidadãos**”, critica, enquanto vai entrecortando as frases mais duras com sorrisos. “Eu não reconheço legitimidade a um matemático ou a um epidemiologista para me dar lições de moral.”

Um ano volvido, José Manuel Mendes não vê o discurso mudar. “Ainda agora”, apressa-se a dizer, “a doutora Raquel Duarte, que tem uma excelente equipa, disse que não pode haver Páscoa. **Como é possível dizer assim? Há tantas formas... As pessoas já sabem que a Páscoa tem de ser diferente.**”